

VIII. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

VIII.1. BALANÇO CONSOLIDADO

No início do exercício de 2002, o perímetro de consolidação da segurança social alargou-se com a inclusão do IGFCSS e do FSS. O efeito da inclusão destas duas instituições no perímetro de consolidação da segurança social é notório no quadro a seguir apresentado.

Balanço da Segurança Social em 31 de Dezembro
Variação das rubricas do balanço - Biénio 2002/2001

(Milhares de Euros)

RUBRICAS	2002 (a)	2001		Variação ((a)/(b))-1	Variação ((a)/(c))-1	Variação ((b)/(c))-1
		C/IGFCSS+FSS (b)	S/IGFCSS+FSS (c)			
Activo fixo líquido						
Imobilizado						
Imobilizações incorpóreas	188,0	4.804,8	4.804,8	-96,1%	-96,1%	0,0%
Imobilizações corpóreas	242.950,2	254.525,1	254.304,1	-4,5%	-4,5%	0,1%
Investimentos financeiros	215.164,3	281.478,1	254.176,0	-23,6%	-15,3%	10,7%
Activo circulante líquido						
Existências	1.919,5	85,1	85,1	2156,6%	2156,6%	0,0%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	165.271,1	99,8	0,0	165569,4%		
Dívidas de terceiros - Curto prazo	2.902.790,0	3.626.150,2	3.619.950,7	-19,9%	-19,8%	0,2%
Disponibilidades						
Títulos negociáveis	4.142.150,9	3.728.328,7	167.356,9	11,1%	2375,0%	2127,8%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1.525.661,2	1.023.153,7	841.108,1	49,1%	81,4%	21,6%
Acréscimos e diferimentos	124.836,3	78.462,2	9.171,8	59,1%	1261,1%	755,5%
Total do activo líquido	9.320.931,4	8.997.087,7	5.150.957,5	3,6%	81,0%	74,7%
Fundos próprios e passivo						
Fundos próprios	8.945.455,1	8.156.060,5	4.352.930,4	9,7%	105,5%	87,4%
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	39.335,5	742,2	679,3	5199,7%	5690,3%	9,3%
Dívidas a terceiros - curto prazo	167.214,8	546.638,8	509.847,8	-69,4%	-67,2%	7,2%
Acréscimos e diferimentos	168.926,0	293.646,2	287.500,1	-42,5%	-41,2%	2,1%
Fundos de capitais próprios e passivo	9.320.931,4	8.997.087,7	5.150.957,5	3,6%	81,0%	74,7%

No que respeita às rubricas que compõem o activo, o efeito da inclusão destas duas instituições reflectiu-se de modo mais significativo nos “Títulos negociáveis”, nos “Depósitos em instituições financeiras” e nos “Acréscimos e diferimentos”. Os “Títulos negociáveis” sofreram um acréscimo de 3.560.971,8 milhares de euros, valor este totalmente imputável ao IGFCSS. Também os “Depósitos em instituições financeiras” evidenciaram um acréscimo de 21,6%. Nos “Acréscimos e diferimentos” do activo, o efeito da inclusão foi muito elevado e ficou a dever-se essencialmente ao IGFCSS que no início do exercício de 2002 apresentava o valor de 68.817,9 milhares de euros em “Acréscimos de proveitos”. O FSS apresentava 476,2 milhares de euros nesta última rubrica.

Os fundos próprios do IGFCSS no final do exercício de 2001 ascendiam a 3.687.604,1 milhares de euros e os do FSS a 4.477,6 milhares de euros. A inclusão destas duas instituições na conta da segurança social resultou num acréscimo de cerca de 3.692.081,7 milhares de euros nos fundos próprios.

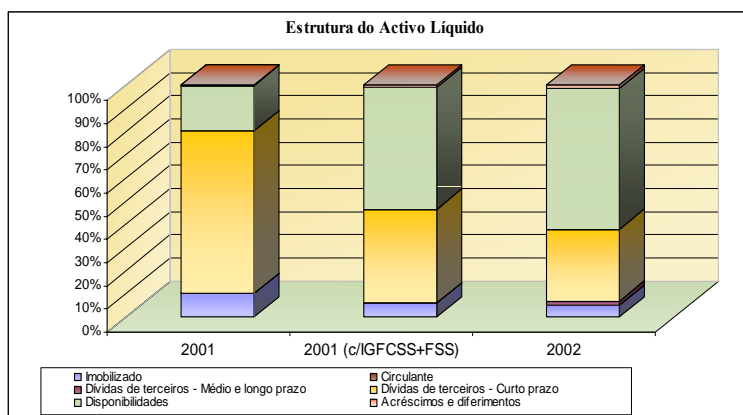
VIII.1.1. Composição do Activo

Balço da Segurança Social em 31 de Dezembro
Principais rubricas do Activo
2001 - 2002

(Milhares de Euros)

RUBRICAS	2002		2001			
	Activo Líquido	Peso Relativo	Activo Líquido c/IGFCSS+FSS	Peso Relativo	Activo Líquido s/IGFCSS+FSS	Peso Relativo
Imobilizado						
Imobilizações incorpóreas	188,0	0,0%	4.804,8	0,1%	4.804,8	0,1%
Imobilizações corpóreas	242.950,2	2,6%	254.525,1	2,8%	254.304,1	4,9%
Investimentos financeiros	215.164,3	2,3%	281.478,1	3,1%	254.176,0	4,9%
Circulante						
Existências	1.919,5	0,02%	85,1	0,0%	85,1	0,0%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	165.271,1	1,8%	99,8	0,0%	0,0	0,0%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	2.902.790,0	31,1%	3.626.150,2	40,3%	3.619.950,7	70,3%
Disponibilidades						
Titulos negociáveis	4.142.150,9	44,4%	3.728.328,7	41,4%	167.356,9	3,2%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1.525.661,2	16,4%	1.023.153,7	11,4%	841.108,1	16,3%
Acréscimos e diferimentos	124.836,3	1,3%	78.462,2	0,9%	9.171,8	0,2%
Total do Activo Líquido	9.320.931,4	100,0%	8.997.087,7	100,0%	5.150.957,5	100,0%

O quadro acima apresenta a distribuição do activo líquido em 31 de Dezembro de cada ano no biénio 2002/2001, pelas suas rubricas, sendo que em 2002 as disponibilidades representam a principal rubrica com 60,8% do total do activo líquido, seguindo-se-lhe as dívidas de terceiros a curto prazo com 31,1%.



Como pode observar-se no gráfico supra, a estrutura da massa patrimonial apresenta uma alteração substancial em 2002 face ao exercício de 2001.

Assim, em 2001 as dívidas de terceiros a curto prazo representavam 70,3% do total do activo e, em 2002, as dívidas de terceiros a curto prazo representam apenas 31,1%, passando as disponibilidades a evidenciar uma expressão relativa de 60,8%. Esta inversão resulta por um lado da integração do IGFCSS/FEFSS e do FSS no perímetro de Consolidação da Conta da Segurança Social, que concorreram para o crescimento do activo líquido total em 81% (ou seja, mais 4.169.973,9 milhares de euros) e ainda da diminuição em 551.889,6 milhares de euros, no valor registado nas dívidas de terceiros a curto e médio/longo prazo.

Refere-se ainda que, considerados o valor do activo líquido de 2001 com IGFCSS e FSS (8.997.087,7 milhares de euros) e o valor do activo líquido de 2001 sem IGFCSS e FSS (5.150.957,5 milhares de euros), obtém-se uma diferença entre os mesmos de 3.846.130,2 milhares de euros, que corresponde a um acréscimo de 74,7% do valor do activo do exercício de 2001.

Considerada a estrutura do balanço de 2001 com a inclusão do IGFCSS e do FSS, as disponibilidades (4.751.482,5 milhares de euros) e as dívidas de terceiro de curto prazo (3.626.150,2 milhares de euros) representam, respectivamente, cerca de 53% e 40% do volume total da massa patrimonial (incluindo na mesma o IGFCSS e o FSS).

VIII.1.1.1. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Balanço da Segurança Social em 31 de Dezembro
Imobilizações corpóreas e incorpóreas
2001 - 2002 *(Milhares de Euros)*

Rubricas	2002				2001			
	AB	AP	AL		Com IGFCSS + FSS		Sem IGFCSS + FSS	
			Valor Absoluto	Peso relativo	AL	%	AL	%
Imobilizações incorpóreas	676,9	488,9	188,0	0,08%	4.804,8	1,85%	4.804,8	1,85%
Despesas de instalação	2,3	2,3			0,3	0,00%	0,3	0,0%
Propriedade industrial e outros direitos	674,6	486,6	188,0	0,08%	283,1	0,11%	283,1	0,1%
Imobilizações em curso					4.521,5	1,74%	4.521,5	1,7%
Imobilizações Corpóreas	470.034,7	227.084,5	242.950,2	99,92%	254.525,1	98,15%	254.304,1	98,1%
Terrenos e recursos naturais	1.970,2		1.970,2	0,81%	1.708,4	0,66%	1.708,4	0,7%
Edifícios e outras construções	143.576,3	35.692,9	107.883,4	44,37%	119.762,3	46,18%	119.762,3	46,2%
Equipamento básico	217.729,4	131.969,2	85.760,2	35,27%	65.273,2	25,17%	65.241,2	25,2%
Equipamento de transporte	13.499,7	11.356,3	2.143,4	0,88%	2.603,1	1,00%	2.562,8	1,0%
Ferramentas e utensílios	186,5	75,2	111,2	0,05%	68,6	0,03%	68,6	0,0%
Equipamento administrativo	52.451,9	42.966,5	9.485,4	3,90%	10.934,2	4,22%	10.829,6	4,2%
Outras imobilizações corpóreas	6.973,0	5.024,4	1.948,6	0,80%	1.958,9	0,76%	1.914,8	0,7%
Imobilizações em curso	33.056,1		33.056,1	13,60%	51.156,8	19,73%	51.156,8	19,7%
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	591,7		591,7	0,24%	1.059,6	0,41%	1.059,6	0,4%
	470.711,6	227.573,4	243.138,2	100,00%	259.329,9	100,00%	259.108,9	100,0%

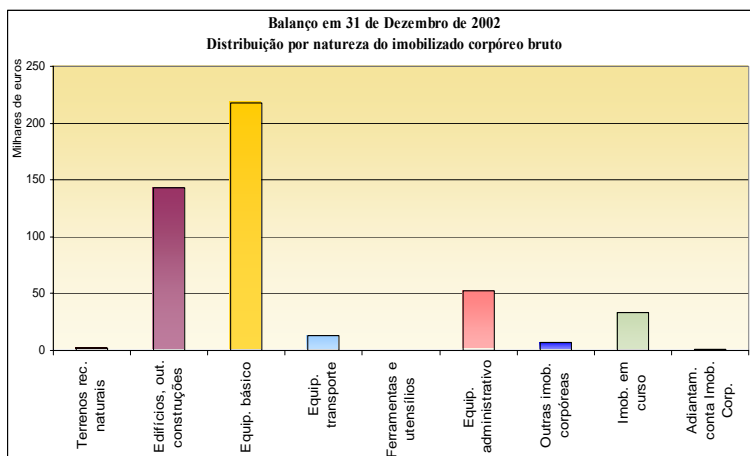
Em 2002, as imobilizações corpóreas, líquidas de amortizações, atingem o montante de 242.950,2 milhares de euros, registando uma diminuição, face a 2001, de 4,5%, a que não é alheio a reclassificação, de acordo com as novas regras definidas pelo POCISSSS, dos “edifícios e outras construções, dos terrenos subjacentes, dos terrenos urbanos e propriedades rústicas que não estejam afectas à actividade operacional da entidade”. Estes últimos passaram a ser classificados como investimentos financeiros, tendo sido transferidos da rubrica de imobilizações corpóreas onde se encontravam registados nos anos anteriores.

Balço da Segurana Social em 31 de Dezembro de 2002
Imobilizado Corpóreo Bruto por Instituio de Segurana Social

(Milhares de Euros)

Instituies	Terrenos rec. naturais	Edifcios, out. construes	Equip. bsico	Equip. transporte	Ferramentas e utenslios	Equip. administrativo	Outras imob. corpóreas	Imob. em curso	Adiantam. conta Imob. Corp.	Total
IGFSS	0,0	366,1	10.473,1	1.496,7	4,5	322,7	844,9			13.508,1
ISSS	1.272,5	116.933,1	98.609,3	8.710,8	178,7	39.005,2	2.203,9	20.447,6	591,7	287.953,0
CNP		694,1	13.157,3	188,1			70,9			14.110,4
IDS			1.428,6	164,3		1,0	75,1			1.669,0
IGFCSS				92,1		613,2	226,6			931,9
IIESS			83.470,6	133,5		1.367,9	59,2	10.586,7		95.618,1
DRISS			118,6	56,3		2.605,9				2.780,7
FSS			32,0			0,7	34,5			67,2
Riscos profissionais			49,4	97,0		826,6	2.535,8			3.508,8
Casinos		19,2								19,2
Bancários		101,2	857,0		0,3	17,2	18,5			994,4
Cimentos		91,8	121,7				0,4			213,9
EPAL			35,4			77,2				112,5
Jornalistas			77,9			165,3	0,6			243,8
TLP			28,8			78,5	2,1			109,4
Gás, Electricidade			2,8							2,8
Madeira	222,0	11.796,5	6.202,3	1.368,3		1.228,3	99,1	681,2		21.597,6
Acores	475,7	13.574,2	3.064,7	1.192,6	2,9	6.142,2	801,1	1.340,6		26.593,9
Total	1.970,2	143.576,3	217.729,4	13.499,7	186,5	52.451,9	6.973,0	33.056,1	591,7	470.034,7

A análise do imobilizado corpóreo bruto por instituies permite observar que o ISSS detém, repartido pelos seus servios centrais, servios regionais e centros distritais, 61,3% do imobilizado corpóreo total, seguindo-se-lhe o IIESS com 20,3%, sendo este Instituto responsvel pela gesto da rede informtica – hardware e software – do Sistema de Solidariedade e Segurana Social.



Por tipo de imobilizado, o grfico acima revela que o equipamento bsico, com 217.729,4 milhares de euros, representa 46,3% do total do imobilizado bruto e os edifcios e outras construes tm um peso de 30,6% (143.576,3 milhares de euros), enquanto o equipamento administrativo com 52.451,9 milhares de euros representa 11,2%.

As amortizaes acumuladas do imobilizado corpóreo no final de 2002 totalizavam 227.084,5 milhares de euros, o que representa um aumento de 26,6% em relao ao ano anterior, reflectindo tambm a entrada no permetro de consolidao do IGFCSS e do FSS. Esta situao é visvel no quadro que se segue.

Amortizações de imobilizado corpóreo - 2002

(Milhares de Euros)

Rubricas	Saldo inicial			Reforço	Regularizações	Saldo Final
	Perímetro de Consolidação de 2001	IGFCSS + FSS	Novo perímetro de consolidação			
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	16.229,6		16.229,6	2.296,0	17.167,3	35.692,9
Equipamento básico	109.641,8		109.641,8	23.901,4	-1.574,1	131.969,2
Equipamento de transporte	10.494,3	51,9	10.546,2	844,2	-34,1	11.356,3
Ferramentas e utensílios	42,5		42,5	32,7		75,2
Equipamento administrativo	38.634,7	153,9	38.788,7	4.167,8	10,0	42.966,5
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	3.922,7	216,9	4.139,6	672,5	212,3	5.024,4
	178.965,7	422,7	179.388,4	31.914,6	15.781,5	227.084,5

VIII.1.1.2. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Esta conta, que integra as aplicações financeiras de carácter permanente, foi uma das que mais alterações sofreu com a introdução do novo plano de contas e com a alteração do perímetro de consolidação:

- Ao nível do plano de contas, a inclusão do valor correspondente a de investimentos em imóveis não afectos à actividade operacional, como referido anteriormente;
- Ao nível do perímetro de consolidação, a inclusão dos activos financeiros na posse do IGFCSS/FEFSS.

Investimentos financeiros - 2002

(Milhares de Euros)

Contas	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	
			Montante	Peso Relativo
Partes de capital	148.946,3	4.421,1	144.525,2	67,2%
Obrigações e títulos de participação	228,7	228,5	0,2	0,0%
Empréstimos de financiamento	2,8	0,0	2,8	0,0%
Investimentos em imóveis	63.167,5	4.142,9	59.024,6	27,4%
Outras aplicações financeiras	11.763,6	152,0	11.611,6	5,4%
	224.108,8	8.944,6	215.164,3	100,0%

Em 31 de Dezembro de 2002 os investimentos financeiros líquidos, no montante de 215.164,3 milhares de euros, representaram 2,3% do total do activo, sendo que destes 67,2% estão aplicados em “Partes de capital”.

Investimentos financeiros Brutos em 31 de Dezembro de 2002
Distribuição por Instituição de Segurança Social

(Milhares de Euros)

Investimentos Financeiros	IGFCSS	IGFSS	Banca dos Casinos	ISSS	IDS	Cimentos	RA Açores	Total
Partes de Capital	135.048,9	13.531,2		31,8	74,8	259,6		148.946,3
Obrigações e títulos de participação		203,2	25,4	0,1				228,7
Empréstimos de financiamento		2,8						2,8
Investimentos em imóveis	27.302,1	35.004,5	0,0	194,5	0,0		666,3	63.167,5
Outras aplicações financeiras	0,0	4.737,8	7.025,8	0,0	0,0		0,0	11.763,6
Total	162.351,0	53.479,5	7.051,2	226,4	74,8	259,6	666,3	224.108,8

Da desagregação dos investimentos financeiros brutos em 31 de Dezembro de 2002 por instituições de Segurança Social observa-se que o IGFCSS detém 162.351,0 milhares de euros, isto é 72,4% da totalidade dos investimentos financeiros, sendo responsável por 90,7% das partes de capital. Segue-se o IGFSS com 23,9% do total dos investimentos, sendo que destes estão representados por obrigações e títulos de participação em 88,8% e em imóveis 55,4%.

Durante o ano 2002, o activo bruto referente aos investimentos financeiros foi corrigido em 8.944,6 milhares de euros referente a reforços e regularizações de provisões e amortizações, conforme quadro seguinte:

Provisões e amortizações de investimentos financeiros
2002

(Milhares de Euros)

Rubricas	Saldo inicial			Reforço	Regularizações	Saldo Final
	Perímetro de Consolidação de 2001	IGFCSS + FSS	Novo perímetro de consolidação			
Partes de capital	325,5	0,0	325,5	4.095,6	0,0	4.421,1
Obrigações e títulos de participação	25,4	0,0	25,4	203,1	0,0	228,5
Investimentos em imóveis	55,2	0,0	55,2	4.403,0	-315,3	4.142,9
Outras aplicações financeiras	0,0	0,0	0,0	152,0	0,0	152,0
	406,1	0,0	406.098,0	8.853,7	-315,3	8.944,6

a) Partes de capital

São registadas nesta conta as participações de capital cuja aquisição tenha carácter de permanência na entidade (superior a um ano) e tenha como principal objectivo a obtenção de rendimento.

Tal como pode observar-se no quadro seguinte, o computo dos valores investidos pela Segurança Social em “Partes de capital” cifra-se em 148.946,3 milhares de euros, dos quais 135.048,9 milhares de euros constituem património do IGFCSS, representando 90,7% do total e 13.531,2 milhares de euros, isto é 9,1%, são parte integrante do património do IGFSS.

Partes de capital detidas em 31 de Dezembro de 2002
Activo Bruto

(Milhares de Euros)

Participações	Valor
IGFCSS	
Acções da Portugal Telecom, SGPS, SA	135.048,9
IGFSS	
FRME - Fundo Revit. Mod. Tec. Emp., SGPS - SA	2.495,0
FRMERMI - Fundo Revit. Mod. Tec. Emp., SGPS - SA	1.247,5
TEVIZ - Têxteis de Vizela, S.A.	5.432,8
Soc. Têxtil CUCA, S.A.	2.115,7
DILOP, S.A.	639,7
TEVITOM	418,8
Martins Rebelo - Industrias lácteas e alimentares, SA	314,0
Sociedade Hidro-Electrica Revué	268,1
DECOVIZ	164,1
SONEFE	142,9
F. M. N. - Produtos alimentares e de consumo, S.A.	92,0
Companhia Minas Penedono	57,4
Têxteis ATMA, S. A.	40,9
Outras	102,4
ISSS	
Ribeirapera - Soc. Desenv. De Castanheira Pera, S.A.	26,8
Fundação Desenvolvimento Zona Histórica do Porto	5,0
IDS	
Fundação do Gil	74,8
Cimentos	
Farmácia dos Cimentos	259,6
TOTAL	148.946,3

O valor inscrito pelo IGFCSS constitui, de acordo com o critério de valorimetria dos activos do FEFSS uma “reserva estratégica, constituída por participações estratégicas no capital de sociedades, cuja alienação não seja aconselhável efectuar através de transacções normais em mercado de bolsa e que sejam susceptíveis de representar participações de longo prazo (...)”. Esta reserva foi constituída por Despacho n.º 20-I/SESS/2002 da Secretaria de Estado da Segurança Social, de 30 de Dezembro.

Dado que a farmácia anexa à “Cimentos” – Federação das Caixas de Previdência exerce uma actividade de tal modo diferente que a sua inclusão nas demonstrações financeiras consolidadas seria incompatível com o objectivo da imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados, foi excluída da consolidação, aplicando-se contudo, o método de equivalência patrimonial. O valor registado em “partes de capital” corresponde ao valor patrimonial da referida farmácia, acrescido do resultado líquido.

b) Obrigações e títulos de participação

Esta conta regista as obrigações e títulos de participação adquiridos pelas entidades nos mercados primário e secundário.

O valor total bruto investido pela Segurança Social em “Obrigações e títulos de participação” era, em 31 de Dezembro de 2002, de 228,7 milhares de euros, do qual 88,8% se encontrava na posse do IGFSS, como pode observar-se no quadro seguinte:

Balanço em 31 de Dezembro de 2002
Obrigações e títulos de participação
Valor Bruto

(Milhares de Euros)

Instituições	Valor
IGFSS	
Obrigações da Companhia Minas Penedono	124,7
Obrigações da Soc. Hidro-Eéctrica Revué	78,5
Banca dos Casinos	
Obrigações da Vilatêxtil - Soc. Industrial Têxtil, S.A.	25,4
ISSS	
Obrigações/Acções do Banco do Alentejo	0,1
TOTAL	228,7

c) Empréstimos de financiamento

Esta conta regista os empréstimos oportunamente concedidos ao abrigo da Lei n.º 2092 de 9 de Abril de 1958. Apresenta, em 31 de Dezembro de 2002, um saldo residual de 2,8 milhares de euros.

d) Investimentos em imóveis

A conta 414 – “Investimentos em imóveis” regista o valor dos edifícios e outras construções, terrenos subjacentes, terrenos urbanos e propriedades rústicas que não estejam afectas à actividade operacional da entidade. Privilegia o objectivo do investimento realizado – rendibilização dos capitais aplicados – e não a realização dos bens nela incluídos.

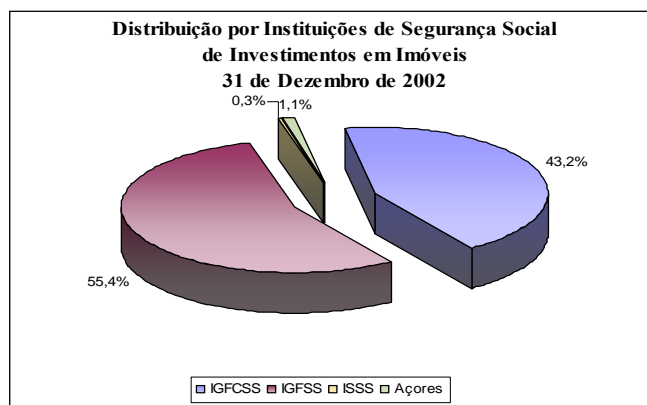
Balanço em 31 de Dezembro de 2002
Investimentos em imóveis
Valor Bruto

(Milhares de Euros)

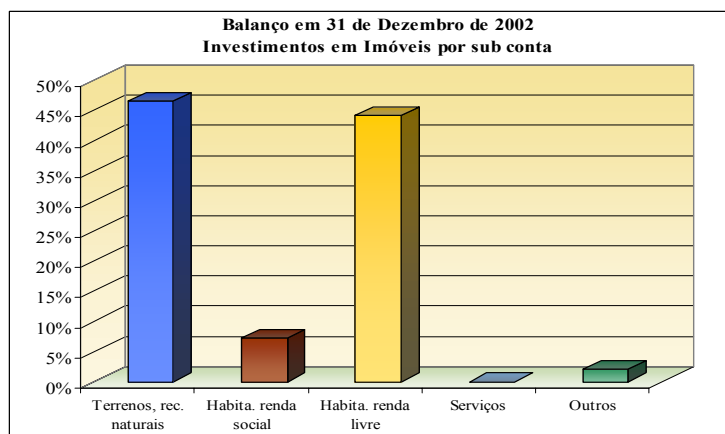
Contas	IGFCSS	IGFSS	ISSS	Açores	Total
Terrenos e recursos naturais	27.302,1	2.071,1			29.373,3
Habitações de renda social		4.536,3			4.536,3
Habitações de renda livre		27.082,4	192,3	666,3	27.941,0
Serviços		0,8	1,3		2,1
Outros		1.313,9	0,9		1.314,8
Total	27.302,1	35.004,5	194,5	666,3	63.167,5

Como pode observar-se no quadro supra, o valor total bruto registado em 31 de Dezembro de 2002 é de 63.167,5 milhares de euros, do qual 35.004,5 milhares de euros, isto é, 54,4% corresponde a imóveis detidos pelo IGFSS e 27.302,1 milhares de euros, 43,2% do valor total corresponde a imóveis detidos pelo IGFCSS.

No conjunto, o IGFSS e o IGFCSS são responsáveis pela gestão de 98,6% do capital investido pela Segurança Social em imóveis, como pode observar-se no gráfico seguinte.



A análise desta rubrica do activo permite constatar que 29.373,3 milhares de euros dizem respeito a terrenos e recursos naturais (46,5%) e 27.941 milhares de euros estão investidos em habitações de renda livre (44,2%), sendo que estas duas rubricas pesam 90,7% do total, conforme quadro abaixo.



e) Outras aplicações financeiras

Nesta rubrica são registadas as aplicações financeiras de médio e longo prazo não englobadas nas contas anteriormente referidas.

Balanço em 31 de Dezembro de 2002
Outras aplicações financeiras
Valor Bruto

(Milhares de Euros)

Sub contas	IGFSS	Banca Casinos	Total
Títulos da dívida pública	252,8		252,8
Unid. Part. Fundos Investimento - Mobiliário		6.654,2	6.654,2
Unid. Part. Fundos Investimento - Imobiliário	4.485,0	371,5	4.856,5
TOTAL	4.737,8	7.025,8	11.763,6

Em 31 de Dezembro de 2002 apenas o IGFSS e a Banca dos Casinos detinham títulos registados nesta conta, revestindo a forma de títulos da dívida pública e unidades de participação em fundos de investimento, mobiliário e imobiliário, num total de 11.763,6 milhares de euros.

VIII.1.1.3. EXISTÊNCIAS

Esta rubrica do activo decompõe-se em:

a) Mercadorias

Respeita aos bens adquiridos com destino a venda e que não são objecto de trabalho posterior de natureza industrial e ascendeu a 537,8 milhares de euros.

b) Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

Nesta conta registam-se os bens que se destinam a ser incorporados materialmente nos produtos finais e também os bens necessários à produção que não se incorporam materialmente nos produtos finais.

Em 31 de Dezembro o valor das existências em matérias-primas subsidiárias e de consumo ascendia a 1.381,7 milhares de euros.

VIII.1.1.4. DÍVIDAS DE TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO

Balanço em 31 de Dezembro de 2002
Dívidas de terceiros de médio e longo prazo

(Milhares de Euros)

Contas	Valor	%
Empréstimos concedidos	99,8	0,06%
Contribuintes c/c	165.171,3	99,94%
Total	165.271,1	100,00%

As dívidas de terceiros de médio e longo prazo atingiram, em 31 de Dezembro de 2002, 165.271,1 milhares de euros e representam 1,8% do activo total, decompondo-se em:

a) Contribuintes c/c

Esta rubrica regista os movimentos com os contribuintes em mora que celebraram, no âmbito da legislação aplicável, acordo com as Instituições do Sistema de Segurança Social, para efeitos de regularização prestacional da sua dívida à Segurança Social, cujo valor é exigível num prazo superior a 1 ano, sendo que o valor bruto dos créditos detidos sobre aqueles ascende, em 31 de Dezembro de 2002, a 165.171,3 milhares de euros.

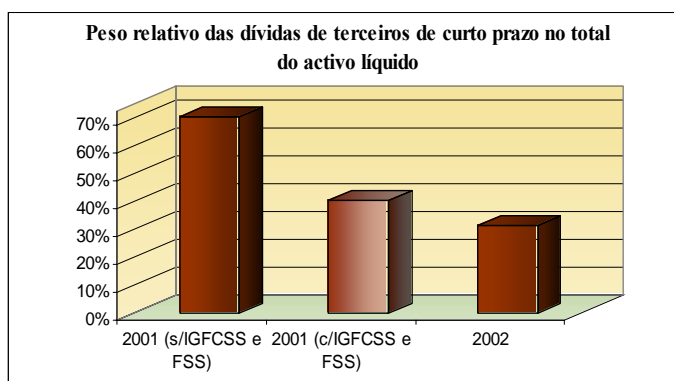
b) Empréstimos concedidos

O saldo devedor da conta “Empréstimos concedidos” era, em 31 de Dezembro de 2002, de 99,8 milhares de euros, resultando de um empréstimo concedido pelo FSS à Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC) em Agosto de 1987 e ainda não regularizado pela instituição.

VIII.1.1.5. DÍVIDAS DE TERCEIROS A CURTO PRAZO

Esta rubrica diz respeito a dívidas a receber de terceiros exigíveis a prazo inferior a um ano.

O gráfico que se segue ilustra o efeito produzido na evolução do peso relativo das dívidas de terceiros de curto prazo decorrente da inclusão do IGFCSS e do FSS em 2001.



Conforme se pode verificar através da comparação deste gráfico com o gráfico antecedente, a inclusão do IGFCSS e do FSS no ano de 2001 conduz a um decréscimo do peso relativo das dívidas de terceiros de curto prazo naquele ano.

A aplicação dos novos princípios contabilísticos levou a que fossem avaliadas as dívidas de contribuintes e outras dívidas de terceiros quanto à sua duração (em mora há mais de 6 meses) e com risco justificado de incobrabilidade, procedendo-se, por um lado à transferência de alguns valores inicialmente inscritos no curto prazo para o médio longo prazo, e por outro, à transferência de saldos da conta 212 – “Contribuintes c/c”, para a conta 218 – “Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa”. Foram então constituídas provisões no montante de 802.804,2 milhares de euros, que contribuiram para a redução do activo líquido do sistema por diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo.

a) Clientes c/c

Diz respeito aos créditos sobre clientes – compras de mercadorias, produtos e/ou serviços - que não estejam representados por letras ou outros títulos a receber. Apresenta um valor de 357,7 milhares de euros.

b) Contribuintes c/c

Regista os movimentos relativos às contribuições declaradas à Segurança Social, mediante folhas de remunerações e às contribuições pagas por parte dos contribuintes.

O valor das dívidas dos contribuintes à Segurança Social, registadas nesta conta, em 31 de Dezembro de 2002, é de 2.305.642,0 milhares de euros, contudo há a considerar as dívidas em cobrança duvidosa (ver alínea e).

Devido a problemas relacionados com a inexistência do interface entre os sistemas informáticos de gestão de remunerações (GR) e de gestão de contribuintes (SGC) não foi lançado um elevado número de declarações de remunerações (DR’s), sendo que os lançamentos efectuados no IGFSS foram suportados em análises de estimativa.

c) Utentes c/c

Respeita aos movimentos com os utentes, resultantes dos serviços prestados pelas Instituições de Solidariedade Social, ou seja, as participações pela utilização de serviços e equipamentos sociais, em 31 de Dezembro de 2002, apresentava um valor de 592,7 milhares de euros.

d) Clientes, contribuintes e utentes - Títulos a receber

Esta rubrica apresenta, em 31 de Dezembro de 2002, um saldo de 718,1 milhares de euros.

e) Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa

Esta rubrica respeita às dívidas de clientes, contribuintes e utentes cuja cobrança se apresenta duvidosa, quer estejam ou não em litígio. Foram transferidas para esta conta saldos da conta contribuintes c/c, considerados de elevado risco de incobrabilidade.

Balço em 31 de Dezembro de 2002
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa
Valor Bruto

(Milhares de Euros)

Rubricas	IGFSS	CDSSS	RA	Outros	Total
Contribuintes cobrança duvidosa	779.998,7		309,1		780.307,8
Devedores por Prestação de Alimentos devidos a Menores	2.621,2				2.621,2
Outros devedores de cobrança duvidosa (Beneficiários)		58.042,8		85,1	58.127,9
Outros devedores de cobrança duvidosa (Outros)		851,1		8,2	859,3
Contribuintes cobrança duvidosa (litigio)				47,4	47,4
Total	782.619,9	58.893,9	309,1	140,6	841.963,6

Da análise do quadro supra verifica-se que a dívida de contribuintes, no montante de 780.307,8 milhares de euros, representam 92,7% da totalidade das cobranças duvidosas, e que as dívidas dos beneficiários, no montante de 58.127,9 milhares de euros, pesam 6,9% do total.

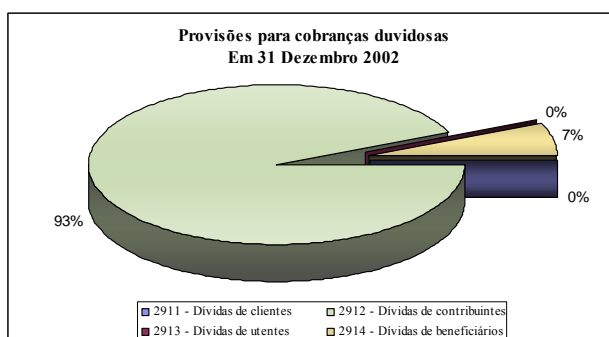
Dado o elevado risco de não cobrança destas dívidas, foi constituída uma provisão de 802.804,2 milhares de euros (representando 95,4% do valor bruto), reduzindo substancialmente o activo líquido em 31 de Dezembro de 2002 para 39.159,3 milhares de euros.

Balço em 31 de Dezembro de 2002
Provisões para cobranças duvidosas
Distribuição por Instituições de Segurança Social

(Milhares de Euros)

Conta	IGFSS	ISSS	Bancários	Total
Dívidas de clientes		158,5		158,5
Dívidas de contribuintes	748.433,6	0,0		748.433,6
Dívidas de utentes		72,0		72,0
Dívidas de beneficiários				
Div. Prest. alimentos menores	665,2			665,2
Outras		53.395,1	79,9	53.475,0
TOTAL	749.098,8	53.625,6	79,9	802.804,2

Pela observação do gráfico constata-se que 748.664,1 milhares de euros, isto é 93% das provisões constituídas referem-se a dívidas de cobrança duvidosa por parte de contribuintes e que 54.140,2 milhares de euros, isto é 7% dizem respeito a dívidas de cobrança duvidosa de beneficiários.

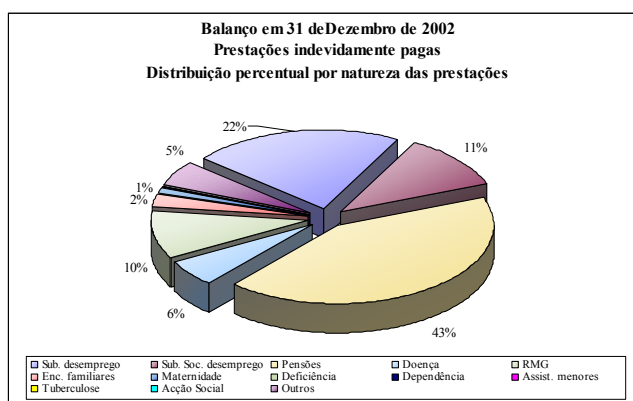


f) Estado e outros entes públicos

Esta conta diz respeito às relações com o Estado, autarquias locais e outros entes públicos, referentes a impostos e taxas, no montante de 9 milhares de euros.

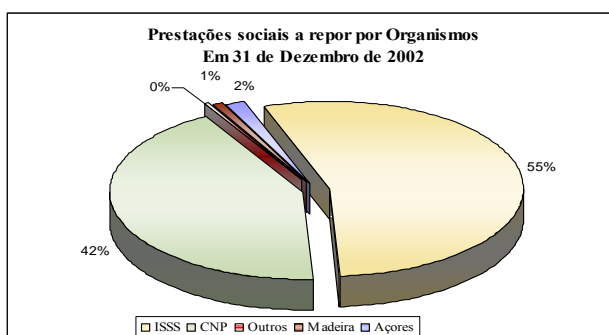
g) Prestações sociais a repor

Esta conta regista as dívidas dos beneficiários relativamente a prestações sociais indevidamente processadas e pagas. Dizem respeito essencialmente a pensões, subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego e rendimento mínimo garantido, como pode observar-se no gráfico seguinte.



No âmbito das prestações sociais indevidamente pagas (a repor), o montante de 63.948,2 milhares de euros, isto é, 43% das mesmas referem-se a pensões e 32.686,2 milhares de euros, isto é, cerca de 22% são respeitantes a subsídio de desemprego, representando o conjunto das restantes prestações a repor 35% das prestações indevidamente pagas.

Como é visível no gráfico seguinte, do total de prestações sociais indevidamente pagas, o montante de 82.917,7 milhares de euros, isto é 55% do total das prestações sociais a repor, referem-se a dívidas aos Centros Distritais e 63.976,3 milhares de euros, ou seja 42% do total das prestações sociais a repor, dizem respeito ao CNP.



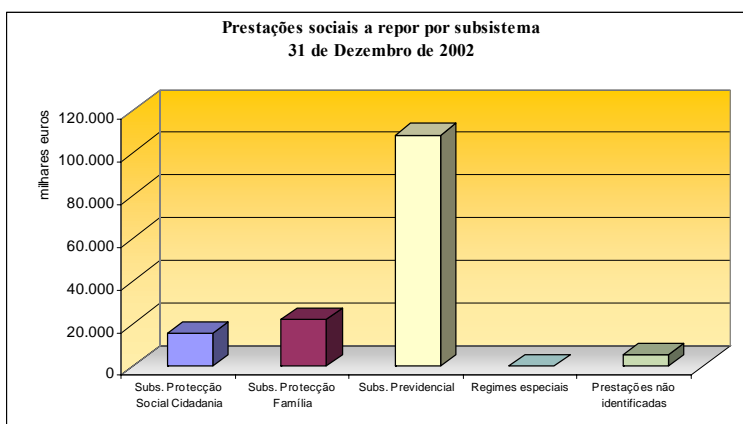
A desagregação das prestações sociais a repor por subsistemas permite constatar que, em 31 de Dezembro de 2002, é o subsistema previdencial que detém o maior volume de prestações sociais indevidamente pagas: 108.344,8 milhares de euros. Deste valor 63.861,3 milhares de euros dizem respeito a pensões (58,9% do total do previdencial) e 32.686,2 milhares de euros referem-se a subsídio de desemprego (30,2% do total do previdencial).

Prestações sociais a repor
31 de Dezembro de 2002

(Milhares de Euros)

Conta	ISSS	Bancários	Cimentos	EPAL	Jornalistas	TLP	Madeira	Açores	Total
Subsistema de Protecção Social Cidadania	15.254,1							219,7	15.473,8
Subsistema Protecção Família	21.867,2	81,2	0,9	0,1	1,3			78,8	22.029,5
Subsistema Previdencial	106.322,9	285,9	14,9		5,6	17,4	1.327,2	371,0	108.344,8
Regimes especiais	0,6								0,6
Prestações não identificadas	3.449,2							1.864,1	5.313,3
TOTAL	146.894,0	367,1	15,8	0,1	6,8	17,4	1.327,2	2.533,7	151.162,0

Relativamente ao Subsistema de Protecção à Família, com um peso de 14,6% do total das prestações indevidamente pagas, destaca-se o subsídio social de desemprego com 17.043,6 milhares de euros, correspondendo a 77,4% do total do Subsistema.



h) Outros devedores

Incluem-se nesta rubrica o conjunto de saldos de diversos devedores, os quais representam 13,9% do total das dívidas de terceiros de curto prazo, 432.617,8 milhares de euros.

i) Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos e os subsídios reembolsáveis exigíveis a curto prazo atribuídos pelas Instituições do Sistema de Segurança Social assumiram em 31 de Dezembro de 2002 o valor de 1.333,2 milhares de euros.

Foram registados nesta conta os subsídios reembolsáveis concedidos à Santa Casa da Misericórdia de Cascais (498,8 milhares de euros) e à Fundação Abreu Calado (798,1 milhares de euros).

VIII.1.1.6. DISPONIBILIDADES

Rubricas das Disponibilidades Balanco em 31 de Dezembro de 2002

(Milhares de Euros)

Rubricas	Valor	%
Títulos negociáveis	4.142.150,9	73,1%
Acções	242.058,9	4,3%
Obrigações e títulos de participação	780.171,6	13,8%
Títulos da dívida pública	3.031.206,6	53,5%
Outros títulos	7.890,0	0,1%
Outras aplicações de tesouraria	80.823,7	1,4%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1.525.661,2	26,9%
Depósitos em instituições financeiras	1.484.289,2	26,2%
Caixa	41.372,0	0,7%
Total das Disponibilidades	5.667.812,0	100,0%

É ao nível deste grupo patrimonial que a integração do IGFCSS/FEFSS tem um maior impacto na estrutura do Activo, concorrendo com o montante de 4.134.500,9 milhares de euros.

Da análise do quadro ressalta que 73,1% das disponibilidades do sistema estão aplicadas em títulos negociáveis. Destes o IGFCSS detém o valor de 4.053.677,2 milhares de euros, isto é, 71,5 % do total das disponibilidades. Facto que justifica a alteração do peso relativo das rubricas das disponibilidades face ao ano anterior (em 2001 os depósitos em instituições financeiras representavam 83,1% das disponibilidades).

a) Caixa

O valor total dos meios líquidos de pagamento existentes, em 31 de Dezembro de 2002, nas Instituições de Segurança Social ascendia a 41.372,0 milhares de euros à data do encerramento, representando apenas 0,7% do valor total das disponibilidades do sistema naquela data.

Como pode constatar-se no quadro seguinte:

Balço em 31 de Dezembro de 2002

Desagregaço de Caixa

por Instituiço es de Segurança Social

(Milhares de Euros)

Instituiço es	Valor	Peso relativo
IGFSS	1.046,3	2,5%
ISSS	38.682,1	93,5%
IIESS	0,0	0,0%
Jornalistas	30,6	0,1%
CRGE	0,2	0,0%
R.A.Madeira	163,3	0,4%
R.A.Açores	1.449,4	3,5%
Total	41.372,0	100,0%

b) Depósitos em instituiço es financeiras

Como pode observar-se no quadro seguinte, o valor global dos meios líquidos de pagamento em Instituiço es financeiras, em 31 de Dezembro de 2002, cifrava-se em 1.484.289,2 milhares de euros. Deste total, uma parcela de 332.421,7 milhares de euros, isto é 22,4% são depósitos à ordem e a prazo em posse do IGFCSS, 638.789,5 milhares de euros, isto é 43 % respeitam a depósitos à ordem e a prazo do IGFSS e 378.789,8 milhares de euros, isto é 25,5 %, referem-se a depósitos do ISS em instituiço es financeiras.

Balço em 31 de Dezembro de 2002

Desagregaço de Depósitos em Instituiço es Financeiras

por Instituiço es de Segurança Social

(Milhares de Euros)

Instituiço es	Valor	Peso relativo
IGFSS	638.789,5	43,0%
ISSS	378.789,8	25,5%
Banca Casinos	19.670,7	1,3%
IDS	5.197,8	0,4%
IIESS	177,6	0,0%
IGFCSS	332.421,7	22,4%
DRISS	19.550,8	1,3%
CNPRP	409,7	0,0%
Bancários	47,5	0,0%
Cimentos	32,0	0,0%
EPAL	35,5	0,0%
Jornalistas	135,3	0,0%
TLP	65,7	0,0%
CRGE	8,3	0,0%
FSS	13.792,7	0,9%
FGS	337,5	0,0%
R.A.Madeira	29.865,7	2,0%
R.A.Açores	44.961,5	3,0%
Total	1.484.289,2	100,0%

c) Títulos negociáveis

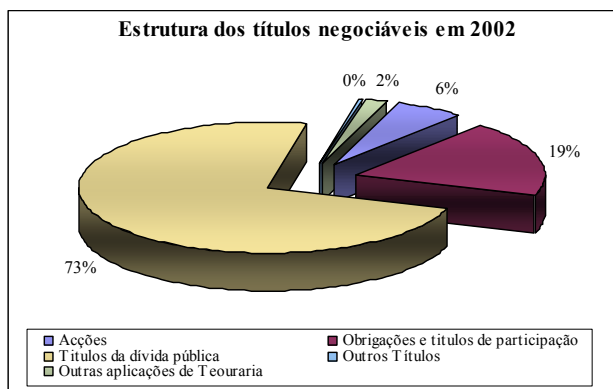
Nesta conta são registadas as aquisições de títulos com o objectivo de rendibilizar excedentes de tesouraria por períodos inferiores a um ano, representando a maior parte dos activos disponíveis resultantes, como já indicado, da integração do IGFCSS/FEFSS no perímetro de consolidação da Segurança Social, com um peso de 99,8% do total dos títulos. Isso mesmo é compreensível pelo quadro que se segue.

Balço em 31 de Dezembro de 2002
Títulos negociáveis
Distribuição do valor total por Instituição de Segurança Social

(Milhares de Euros)

Rubricas	IGFCSS	IGFSS	Total	%
Acções	242.058,9		242.058,9	5,8%
Obrigações e títulos de participação	780.171,6		780.171,6	18,8%
Títulos da dívida pública	3.031.206,6		3.031.206,6	73,2%
Outros Títulos	240,0	7.650,0	7.890,0	0,2%
Outras aplicações de Teouraria	80.823,7		80.823,7	2,0%
Total	4.134.500,9	7.650,00	4.142.150,9	100,0%

No cômputo total dos títulos negociáveis e como pode observar-se no gráfico seguinte, os valores aplicados em títulos da dívida pública representam 73,2% do total dos títulos negociáveis, 18,8% do total estão aplicados em obrigações e títulos de participação e 5,8% em acções.

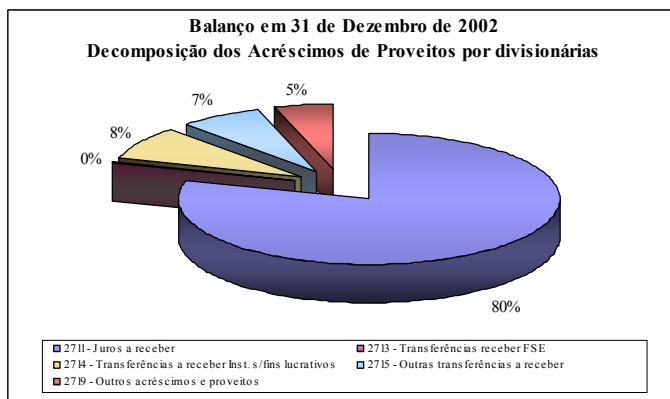


VIII.1.1.7. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

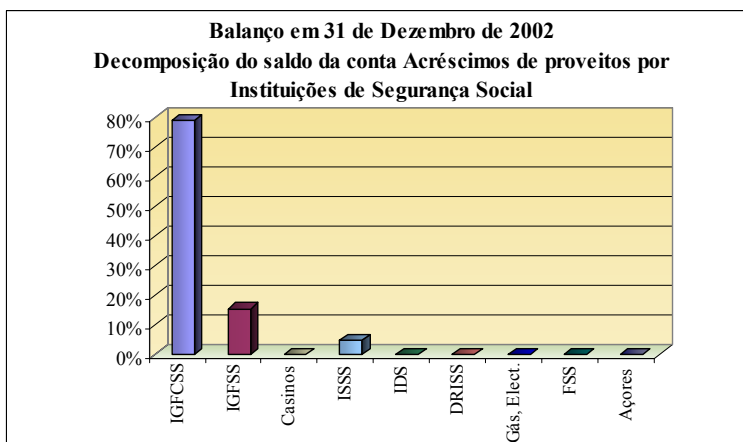
Esta conta destina-se a permitir o registo dos custos e proveitos nos exercícios a que respeitam, em obediência ao princípio da especialização dos exercícios.

a) Acréscimos de proveitos

Esta conta serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).



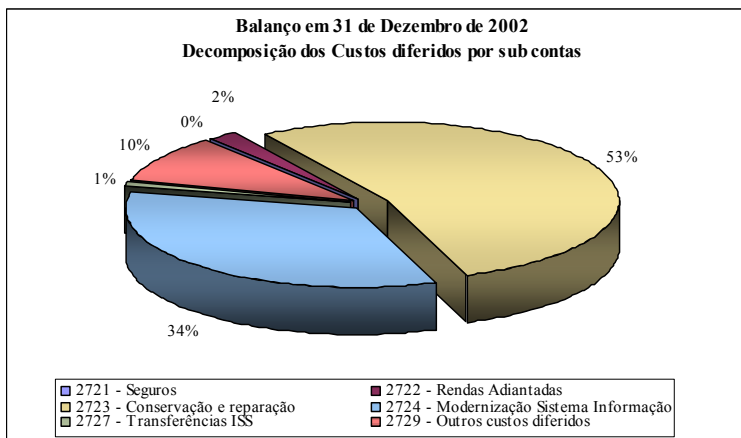
Do gráfico acima observa-se que, em 31 de Dezembro de 2002, do valor total registado (111.477,8 milhares de euros), 80% dos acréscimos de proveitos contabilizados dizem respeito a juros a receber dos depósitos em instituições financeiras, títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria na posse das instituições do Sistema, 8% respeitam a transferências a receber de instituições sem fins lucrativos – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 7% referem-se a outras transferências a receber, nomeadamente 7.600,9 milhares de euros e 5% a transferências do exterior a receber do Fundo Social Europeu.



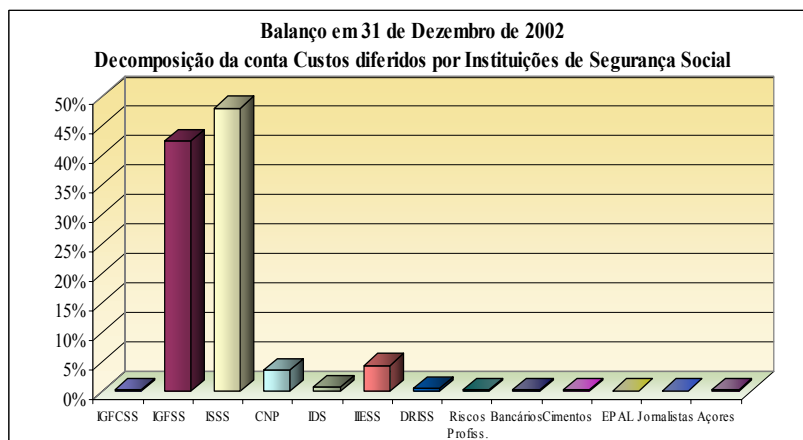
Da decomposição da conta “Acréscimos de proveitos”, no montante de 111.477,8 milhares de euros, por instituições de Segurança Social, pode constatar-se que 78,9% respeitam ao IGFCSS e têm a ver fundamentalmente com juros a receber, 15,6 %, estão evidenciados no balanço do IGfSS e dizem respeito, nomeadamente, a transferências a receber e 4,8 %, são parte do activo do ISS e referem-se, nomeadamente, a outros acréscimos de proveitos.

b) Custos diferidos

Esta conta compreende as despesas antecipadas, ou seja as despesas ocorridas no exercício ou em exercícios anteriores cujos custos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. Em 31 de Dezembro o valor das despesas antecipadas era de 13.358,5 milhares de euros.



Como pode observar-se no gráfico, em 31 de Dezembro de 2002, do total das despesas antecipadas 53% diziam respeito a conservação e reparação de edifícios, enquanto 34% referiam-se a modernização do sistema de informação e 10% a outros custos diferidos.



O gráfico anterior, com a distribuição dos custos diferidos pelas instituições de Segurança Social põe em evidência o ISSS e o IGSS, com, respectivamente, 48,5% e 42,5% do valor total , sendo que os mesmos incluem o seguinte:

- No ISSS, o montante de 6.023,8 milhares de euros respeitante a conservação e reparação;
- No IGFSS, o valor de 4.161,7 milhares de euros referente a modernização dos sistemas de informação e 1.188,8 milhares de euros relativos a outros custos diferidos.

VIII.1.2. Composição do Passivo

A evolução das rubricas do passivo de 2001 para 2002 é desagregada no quadro seguinte:

Evolução do Passivo por rubricas - 2001/2002

(em milhares de euros)

Rubricas	Conta 2001		Conta 2002 (2)	Variações	
	Sem IGFSS e FSS	Com IGFSS e FSS (1)		Valor (2)-(1)	Variação % 2002/2001
Provisões para riscos e encargos	679,3	742,2	39.335,5	38.593,2	5.199,7
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Dívidas a terceiros - curto prazo	509.847,8	546.638,8	167.214,8	(379.423,9)	(69,4)
Empréstimo por dívida titulada	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Empréstimo por dívida não titulada	134.636,5	134.636,5	0,0	(134.636,5)	(100,0)
Adiantamentos por conta de vendas	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Fornecedores, c/c	13.731,3	13.740,6	918,3	(12.822,3)	(93,3)
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	26,5	26,5	23,1	(3,5)	(13,1)
Fornecedores - Títulos a pagar	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	0,0	0,0	4,2	4,2	-
Credores pela execução do orçamento	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Adiantam. de clientes, contribuintes e utentes	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Fornecedores de imobilizado c/c	11.577,4	11.577,4	2.246,5	(9.330,9)	(80,6)
Estado e outros entes públicos	16.026,0	17.904,1	15.723,8	(2.180,3)	(12,2)
Prestações sociais	12.867,4	12.867,4	8.418,7	(4.448,6)	(34,6)
Outros credores	320.982,5	355.886,2	139.880,2	(216.006,0)	(60,7)
Acréscimos e diferimentos	287.500,1	293.646,2	168.926,0	(124.720,2)	(42,5)
Acréscimo de custos	4.660,1	10.699,6	48.755,8	38.056,2	355,7
Proveitos diferidos	282.840,0	282.946,6	120.170,2	(162.776,4)	(57,5)
Total do passivo	798.027,2	841.027,2	375.476,3	(465.550,9)	(55,4)

Como se pode constatar da análise das duas colunas referentes a 2001, o IGFSS/FEFSS e o FSS não têm expressão significativa no passivo, reportado ao balanço de abertura.

No total, em 2002, o passivo viu reduzir o seu valor em 55% (cerca de 465,5 milhões de euros) relativamente a 2001, reflectindo uma diminuição das responsabilidades do sistema perante terceiros. Este facto deveu-se a diversos factores, nomeadamente pela:

- Diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo, resultado da expressiva redução do saldo de outros credores, em cerca de 216,0 milhões de euros; decréscimo do saldo da conta “Fornecedores c/c”, no montante de 12,8 milhões de euros; diminuição das “Prestações sociais a pagar” no valor de 4,4 milhões de euros;
- Redução de 124,7 milhões de euros nos acréscimos e diferimentos.

O quadro a seguir apresentado evidencia o peso relativo do saldo das diferentes contas do passivo do exercício de 2002:

Balanço em 31 de Dezembro de 2002
Decomposição do Passivo por contas

(em milhares de euros)

Rubricas	Valor	Peso relativo
Provisões para riscos e encargos	39.335,5	10,5%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	0,0	-
Dívidas a terceiros - curto prazo	167.214,8	44,5%
Fornecedores, c/c	918,3	0,2%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	23,1	0,0%
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	4,2	0,0%
Fornecedores de imobilizado c/c	2.246,5	0,6%
Estado e outros entes públicos	15.723,8	4,2%
Prestações sociais	8.418,7	2,2%
Outros credores	139.880,2	37,3%
Acréscimos e diferimentos	168.926,0	45,0%
Acréscimo de custos	48.755,8	13,0%
Proveitos diferidos	120.170,2	32,0%
Total do passivo	375.476,3	100,0%

Conforme se pode verificar a rubrica que maior peso absoluto e relativo assume no cômputo das responsabilidades do sistema foi a relativa aos “Acréscimos e diferimentos”, no montante de 168.926,0 milhares de euros, isto é 45% do total, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos (32%).

A rubrica “Acréscimos de custos” com um valor de 48.755,8 milhares de euros em 2002, regista as despesas ocorridas no exercício cujo custo deva ser reconhecido no exercício seguinte, incluindo o referido valor maioritariamente custos com o pessoal. A importância mais significativa desta rubrica, no montante de 41.475,6 milhares de euros, diz respeito a remunerações a liquidar, correspondendo-lhe cerca de 85,1% do total dos acréscimos de custos.

Em “Proveitos diferidos” registam-se as receitas ocorridas no exercício, cujo proveito deva ser reconhecido nos exercícios seguintes. Em 31 de Dezembro de 2002, o valor desta rubrica cifrava-se em 120.170,2 milhares de euros.

As dívidas a terceiros – curto prazo, no montante de 167.214,8 milhares de euros, representam 44,5% do total do passivo, devido sobretudo à rubrica “Outros credores” que, embora diminuindo em 2002 cerca de 61% relativamente a 2001, têm ainda em 31 de Dezembro de 2002 o valor de 139.880,2 milhares de euros, isto é, 37,3% do total do passivo, correspondendo-lhe a seguinte desagregação:

Outros credores

(milhares de euros)

Rubricas	Montante
Pessoal	49,09
Sindicatos	44,55
Devedores e credores diversos	139.786,56
Total de outros credores	139.880,20

Conforme se pode verificar através do quadro supra, a rubrica “Outros credores” inclui maioritariamente os saldos credores das contas divisionárias da conta “268 – Devedores e credores diversos”.

A rubrica “Provisões para riscos e encargos” com um valor de 39.335,5 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2002, destina-se a registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável (contingências). O referido valor corresponde aos saldos desta conta no IGFSS (1.517,2 milhares de euros) e no ISSS (37.818,3 milhares de euros).

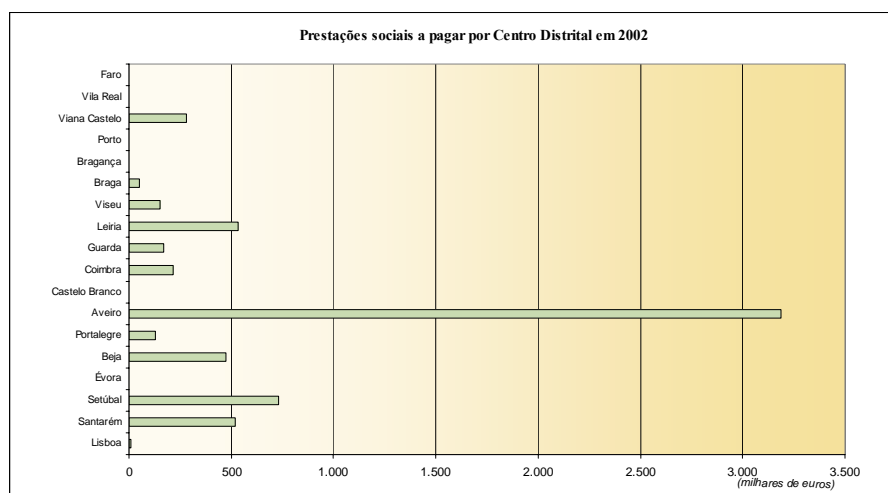
O valor total processado em prestações sociais e não pago no final do exercício de 2002 cifrou-se em 8.418,7 milhares de euros, correspondendo-lhe a seguinte distribuição:

Prestações sociais a pagar

(milhares de euros)

Instituições	Montante
IGFSS	0,5
ISSS	6.535,4
Banca dos Casinos	1,8
Jornalistas	189,0
CRGE	90,4
RAA	1.541,6
RAM	60,0
Total	8.418,7

Relativamente ao ISSS, o gráfico a seguir apresentado evidencia as prestações sociais a pagar por centros distritais, em 31 de Dezembro de 2002.



Conforme se pode verificar através do gráfico supra, o valor de prestações a pagar do distrito de Aveiro é o mais significativo (3.188,3 milhares de euros), seguindo-se-lhe os distritos de Setúbal (730,5 milhares de euros), Leiria (533,8 milhares de euros) e Santarém (518,4 milhares de euros).

VIII.1.3. Composição do Fundo Patrimonial

A nova estrutura do balanço, apresentada em 31 de Dezembro de 2002, de acordo com o novo plano de contas (POCISSS) difere, na designação, do balanço de 2001, uma vez que o “Passivo e situação líquida” em 2001 passa a designar-se “Fundos próprios e passivo”.

A rubrica de fundos próprios apresenta em 2002 a desagregação seguinte:

Fundos Próprios - 2002

(em milhares de euros)

Rubricas	Valor	Peso relativo
Património	7.638.944,7	85,4%
Ajustamento de partes de capital em empresas	304,4	0,0%
Reservas:	1.195.476,2	13,4%
Reservas legais	966.792,1	10,8%
Reservas estatutárias	228.588,8	2,6%
Doações	95,3	0,0%
Resultados transitados	(321.726,1)	-3,6%
Resultado líquido do exercício	432.455,9	4,8%
Total dos Fundos Próprios	8.945.455,1	100,0%

Segue-se uma análise mais detalhada dos grupos patrimoniais que compõem os fundos próprios:

a) Património

O valor de 7.638.944,7 milhares de euros registado nesta rubrica em 2002 representa 85% do total dos fundos próprios e inclui as parcelas de 4.474.559,3 milhares de euros e 4.477,6 milhares de euros respeitantes, respectivamente ao IGFCSS e ao FSS, entidades que em 2001 não integravam o perímetro de consolidação da Conta da Segurança Social.

Além do património daquelas duas entidades, o valor global desta rubrica inclui ainda os valores parcelares do IGFSS e da Caixa dos Jornalistas, conforme a seguir se indica:

Balanço em 31 de Dezembro de 2002
Distribuição do património por instituições
(milhares de euros)

Instituições	Valor	%
IGFCSS	4.474.559,3	58,6%
IGFSS	3.160.726,2	41,4%
FSS	4.477,6	0,1%
Caixa dos Jornalistas	-818,4	0,0%
TOTAL	7.638.944,7	100,0%

Relativamente ao saldo da rubrica “Património” acresce ainda referir o seguinte:

O valor negativo imputado à Caixa dos Jornalistas, em 818,4 milhares de euros, corresponde ao valor da transferência dos saldos das contas dos contribuintes para o IGFSS.

O IGFSS apresenta um valor de 3.160.726,2 milhares de euros, resultante da transferência dos saldos das contas de contribuintes do ISSS, Caixas dos Bancários e Jornalistas para o IGFSS. As transferências do ISSS representaram 84% do total, com um volume de 2.646.271,3 milhões de euros (ver quadro seguinte).

Desagração da conta 51 - "Património" no IGFSS
Transferências de contribuições para o IGFSS
2002

(milhares de euros)

Instituições	A débito	A crédito
ISSS		2.646.271,3
Bancários		10.781,9
Jornalistas		9.572,0
		2.666.625,2
Outras regularizações		
Caixa dos Jornalistas	818,4	
Reg. da conta 5781 no IGFSS		496.351,6
Reg. da conta 5782 no IGFSS	1.432,2	
	2.250,6	496.351,6
Total da conta 51 - "Património"		3.160.726,2

b) Ajustamentos de partes de capital em empresas

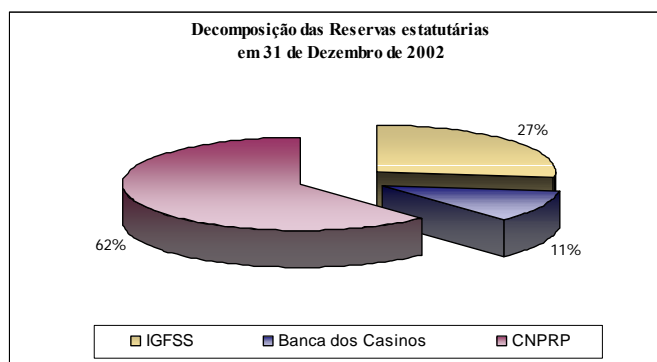
O valor de 304,4 milhares de euros inscrito nesta rubrica refere-se à dotação do IDS no capital da Fundação Gil, no valor de 74,8 milhares de euros e o resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial à farmácia da “Cimentos” – Federação das Caixas de Previdência, no valor de 229,6 milhares de euros.

c) Reservas legais

Esta rubrica é movimentada por contrapartida das contas 59 – “Resultados transitados”, 51 – “Património” e regista ainda os valores não reconciliados em sede de consolidação da Conta da Segurança Social.

As reservas legais do exercício em análise totalizam 966.792,1 milhares de euros.

d) Reservas estatutárias



Esta rubrica apresenta um saldo de 228.588,8 milhares de euros, registando as reservas que se constituem de acordo com os estatutos das entidades e que se ilustra através do gráfico anterior.

e) Doações

As doações podem ser de natureza pecuniária, corresponder a valores imobiliários, créditos, ou ainda traduzir-se em bens aprovisionáveis, de equipamento, bens intangíveis ou de domínio público.

Em 2002 esta conta apresenta um saldo de 95,3 milhares de euros, a que corresponde a seguinte desagregação por instituições:

Balanço em 31 de Dezembro de 2002
Distribuição das doações por instituições
(milhares de euros)

Instituições	Valor	%
ISSS	54,1	56,7%
IDS	41,2	43,3%
TOTAL	95,3	100,0%

f) Resultados transitados

Em 2002 esta rubrica apresentou um saldo final devedor de 321.726,1 milhares de euros.

São registados nesta rubrica os resultados líquidos provenientes do exercício anterior e as regularizações de grande significado tal como previsto na Directriz Contabilística n.º 8 da Comissão de Normalização Contabilística. No âmbito de regularizações de grande significado refira-se a constituição/reforço de provisões no valor de 755.470,2 milhares de euros.

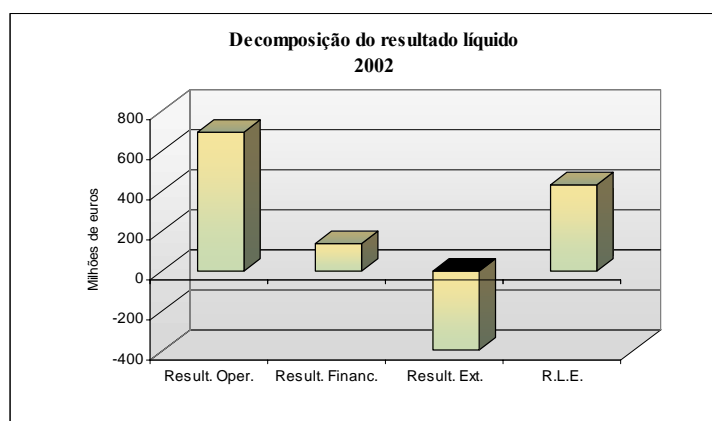
g) Resultado líquido do exercício

Em 2002, esta rubrica teve um saldo credor no valor de 432.455,9 milhares de euros, decorrente dos resultados apresentados no ponto II.4 – Demonstração de resultados.

VIII.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Com a entrada em vigor do POCISSSS foram estabelecidos novos princípios e novos critérios de valorimetria, impossibilitando assim a comparação entre as rubricas da demonstração de resultados correspondentes a 2001.

No exercício económico de 2002, os proveitos e ganhos foram superiores em 432.455,9 milhares de euros relativamente aos custos e perdas, concorrendo para esta situação os resultados operacionais, no montante de 692.665,1 milhares de euros, os resultados financeiros no montante de 135.575,8 milhares de euros e os resultados extraordinários que apresentam um valor negativo de 395.785,0 milhares de euros, conforme gráfico a seguir apresentado.



Da análise à demonstração de resultados verifica-se que as rubricas com maior peso são os “Impostos e taxas” no que respeita aos proveitos e ganhos e “Transferências correntes concedidas e prestações sociais” no conjunto dos custos e perdas.

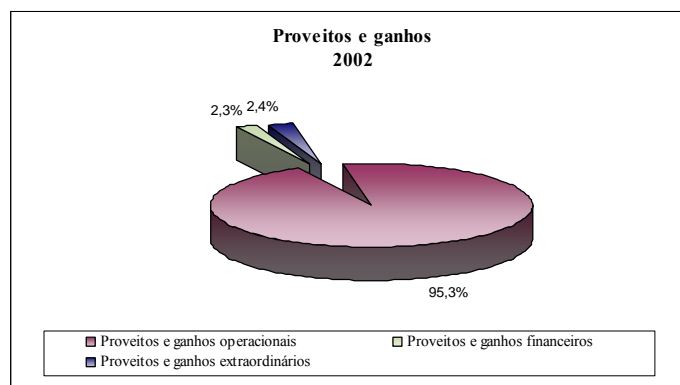
Demonstração de Resultados - 2002

(milhares de euros)

RUBRICAS	VALOR
Proveitos e ganhos operacionais	
Impostos e taxas	10.656.710,1
Transferências e subsídios correntes obtidos	4.309.927,7
Outros proveitos e ganhos operacionais	24,9
	14.991.522,1
Custos e perdas operacionais	
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	13.616.574,8
Custos com o pessoal	419.422,0
Fornecimentos e serviços externos	104.179,8
Provisões do exercício	113.659,7
Amortizações do exercício	32.019,7
Outros custos e perdas operacionais	13.001,0
	14.298.856,9
Resultados operacionais (1)	692.665,1
Proveitos e ganhos financeiros	355.077,3
Custos e perdas financeiras	219.501,5
Resultados financeiros (2)	135.575,8
Resultados correntes (3)=(1)+(2)	828.240,9
Proveitos e ganhos extraordinários	380.489,1
Custos e perdas extraordinárias	776.274,1
Resultados extraordinários (4)	-395.785,0
Resultado líquido do exercício (5)=(4)+(3)	432.455,9

Seguidamente é efectuada uma análise mais detalhada dos proveitos e custos registados em 2002.

VIII.2.1. Proveitos e ganhos



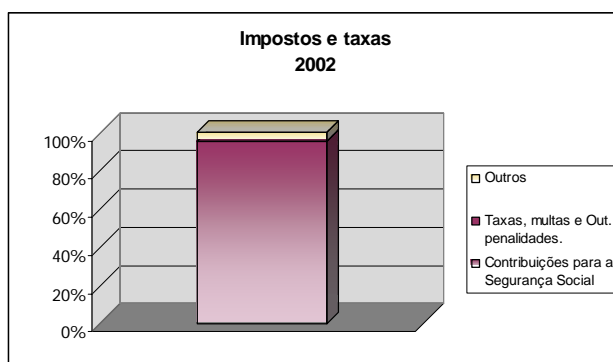
Os proveitos reconhecidos no período em análise totalizam 15.727.088,5 milhares de euros, dos quais 96% são proveitos e ganhos operacionais.

VIII.2.1.1. IMPOSTOS E TAXAS

Esta rubrica reflecte essencialmente as contribuições e cotizações declaradas à Segurança Social, constituindo a principal rubrica de proveitos do sistema. No exercício de 2002, devido a problemas relacionados com a inexistência do interface entre os sistemas informáticos de gestão de remunerações

(GR) e de gestão de contribuintes (SGC), não foi lançado um elevado número de declarações de remunerações (DR's), sendo que os registos contabilísticos efectuados no IGFSS foram suportados em análises de estimativa.

O gráfico seguinte evidencia a importância, em termos de peso relativo, das contribuições e cotizações para a Segurança Social no cômputo dos proveitos e ganhos de 2002.



VIII.2.1.2. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS

As transferências e subsídios correntes obtidos em 2002 totalizam 4.309.927,7 milhares de euros, das quais 79% respeitam a transferências provenientes da Administração Pública com vista ao cofinanciamento do Sistema de Segurança Social definido nos termos da Lei de Bases em vigor, sendo que destas 3.315.734,2 milhares de euros foram transferidos do O.E..

Transferências e subsídios correntes obtidos
Ano 2002

(milhares de euros)

Designação	Montante	Peso relativo
Transferências de Administrações Públicas	3 409.266,1	79,10%
Transferências correntes do exterior	778.835,4	18,07%
Transferências obtidas de instituições sem fins lucrativos	90.109,4	2,09%
Outras transferências	31.716,8	0,74%
Total	4.309.927,7	100,00%

VIII.2.1.3. OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte desagregação:

Outros proveitos
Ano 2002

(milhares de euros)

Designação	Montante
Vendas e prestações de serviços	11.210,3
Proveitos suplementares	2.051,1
Outros proveitos e ganhos operacionais	11.622,8
Total	24.884,3

O valor total de “outros proveitos” obtidos no ano de 2002 atingiu o montante de 24.884,3 milhares de euros, correspondendo-lhe a desagregação constante do quadro supra.

VIII.2.1.4. PROVEITOS FINANCEIROS

Os proveitos financeiros obtidos no período em análise apresentam a seguinte desagregação por natureza:

Proveitos e ganhos financeiros
Ano 2002

(milhares de euros)

Designação	Montante	Peso relativo
Juros obtidos	241.743,3	68,08%
Ganhos em empresas filiais e associadas	30,1	0,01%
Rendimentos de imóveis:	5.259,2	1,48%
Rendimentos de participações de capital	5.389,9	1,52%
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	21.553,0	6,07%
Outros proveitos e ganhos financeiros	81.101,3	22,84%
Total	355.077,3	100,00%

Como pode observar-se, em 2002 foram reconhecidos como “Proveitos e ganhos financeiros” 355.077,3 milhares de euros, os quais representam 2,3% dos proveitos totais obtidos no Sistema da Segurança Social.

No cômputo global dos proveitos e ganhos financeiros assumem especial importância os “Juros obtidos” (241.743,3 milhares de euros), concorrendo para tal em particular os juros obtidos pelo IGFCSS, que se traduziram no valor de 215.150,4 milhares de euros. Também na rubrica “Outros proveitos e ganhos financeiros” o IGFCSS detém cerca de 81.101,3 milhares de euros, distribuídos pelas rubricas de “mais valias pendentes de venda” e “utilização da reserva de títulos”.

O valor registado na rubrica “Ganhos em empresas filiais e associadas” refere-se ao resultado líquido do exercício da farmácia da “Cimentos” – Federação das Caixas de Previdência, registado pelo método de equivalência patrimonial.

VIII.2.1.5. PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

Os proveitos e ganhos extraordinários atingem, em 2002 380.489,1 milhares de euros, representando 2,4% dos proveitos totais, correspondendo-lhe a seguinte desagregação:

Proveitos e ganhos extraordinários Ano 2002

(milhares de euros)

Designação	Montante	Peso relativo
Ganhos em existências	165,0	0,04%
Ganhos em imobilizações	14.464,2	3,80%
Benefícios de penalidades contratuais	10.905,6	2,87%
Reduções de amortizações e de provisões	0,7	0,00%
Correcções relativas a exercícios anteriores	135.025,4	35,49%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	219.928,2	57,80%
Total	380.489,1	100,00%

Da análise do quadro acima constata-se que as rubricas mais significativas, em valor absoluto, são as respeitantes às contas 797 - “Correcções relativas a exercícios anteriores” que atingem 135.025,4 milhares de euros, isto é 35,5% do total de proveitos e ganhos extraordinários e 798 - “Outros proveitos e ganhos extraordinários” no montante de 219.928,2 milhares de euros, isto é 57,8% do total de proveitos e ganhos extraordinários.

Como pode observar-se no quadro seguinte, as “Correcções relativas a exercícios anteriores”, tiveram maior expressão no IGFSS e no ISSS e reflectem-se essencialmente em divisionárias relativas a prestações sociais e a acções de formação co-financiadas pelo FSE.

Correcções relativas a exercícios anteriores
Decomposição do valor por instituição e por natureza
Ano 2002

(milhares de euros)

Instituições	Prest. sociais	Acções form. Prof.	Acção Social	Rendas	Pensões	Vencimentos	Contribuições	Outros	Total
IGFSS	20,8	63.500,1		735,3		110,6	4.536,1	6.709,1	75.611,9
ISSS	55.174,1		780,9	1,9	0,6	97,4	0,4	303,4	56.358,8
IDS								0,1	0,1
IGFCSS								2.098,0	2.098,0
DRISS						0,1		225,5	225,6
CNPRP	114,8							1,0	115,8
Bancários	111,3								111,3
Cimentos	0,0								0,0
EPAL	0,6								0,6
Jornalistas	43,8							7,6	51,4
TLP	5,4							1,5	6,9
RAA	404,9	0,2				32,8			437,9
RAM			2,2					5,0	7,2
Total	55.875,7	63.500,3	783,2	737,2	0,6	240,9	4.536,5	9.351,1	135.025,4

Relativamente aos “Outros proveitos e ganhos extraordinários” no valor de 219.928,2 milhares de euros refira-se que estes incluem nomeadamente as transferências de capital totalizando 213.444,0 milhares de euros, discriminados conforme quadro seguinte.

Transferências de capital obtidas
Ano 2002

(milhares de euros)

Designação	Montante	Peso relativo
Transf. Capital - PIDDAC O.E - P/ Financ. global dos Invest. do Sist.	1.982,2	0,9%
Transf. cap. do O.E. - Partic. Portug. nos Proj. cofinanciados	3.700,2	1,7%
Transf. de capital com suporte no O.E.	10.997,6	5,2%
Transf. de capital - capitalização Pública de Estabilização	194.801,8	91,3%
Transferências de capital - Participação da U. E.	1.962,1	0,9%
Total	213.444,0	100,0%

Acresce referir que na Conta da Segurança Social de 2002 consta a transferência de capital obtida pelo IGFCSS no valor de 194.801,8 milhares de euros provenientes do IGFSS, dado que este último processou tal transferência no exercício económico de 2001.

VIII.2.2. Custos e perdas

O valor total dos custos e perdas assumidos pelo Sistema de Segurança Social atingem em 2002 15.294.632,6 milhares de euros, dos quais o montante de 13.616.574,8 milhares de euros corresponde a

“Transferências correntes concedidas e prestações sociais”, isto é 89,2% do total de custos e perdas, conforme quadro a seguir apresentado.

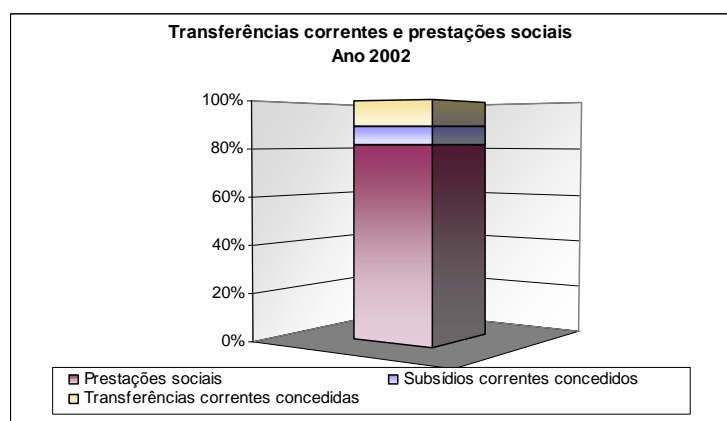
**Custos e perdas
Ano 2002**

(milhares de euros)

Designação	Montante	Peso relativo
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	13.616.574,8	89,0%
Custos com o pessoal	419.422,0	2,7%
Fornecimentos e serviços externos	104.179,8	0,7%
Provisões do exercício	113.659,7	0,7%
Amortizações do exercício	32.019,7	0,2%
Outros custos e perdas operacionais	13.001,0	0,1%
Custos e perdas financeiras	219.501,5	1,4%
Custos e perdas extraordinárias	776.274,1	5,1%
Total	15.294.632,6	100,0%

VIII.2.2.1. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS E PRESTAÇÕES SOCIAIS

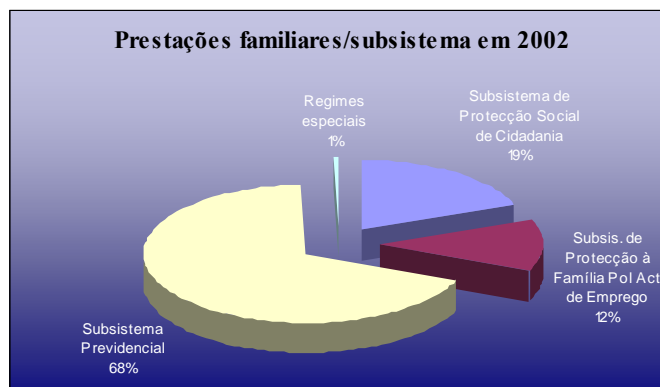
O valor total das “Transferências correntes concedidas e prestações sociais” (13.616.574,8 milhares de euros) distribuiu-se por “Prestações sociais”, “Transferências correntes concedidas” e “Subsídios correntes concedidos” conforme se ilustra através do seguinte gráfico.



O custo das prestações sociais em 2002 atingiu o montante de 11.204.340,1 milhares de euros, isto é mais de 80% do total de “Transferências correntes concedidas e prestações sociais”, como evidencia o gráfico acima inserido.

A distribuição da verba despendida em prestações sociais pelos subsistemas do Sistema Público de Segurança Social é apresentada no seguinte sectograma, destacando-se, como seria de esperar, a importância do subsistema previdencial que absorve 68% dos custos totais com as prestações sociais,

seguinte-se o subsistema de protecção social de cidadania que absorve 19% daqueles custos e o subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional com 12%.



VIII.2.2.2. CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal no exercício em análise ascenderam a 419.422,0 milhares de euros, sendo que o ISSS apresenta o valor mais significativo, no montante de 323.448,1 milhares de euros, seguindo-se o IGFCSS com 39.614,7 milhares de euros.

O quadro abaixo mostra a desagregação desta conta por instituições e contas.

Desagregação dos custos com pessoal por instituições de segurança social e por natureza

Ano 2002

(milhares de euros)

Instituições	Remunerações dos órgãos directivos	Remunerações do pessoal	Pensões	Prémios para pensões	Encargos sobre remunerações	Seguros de acidentes de trab. E doenças prof.	Encargos sociais voluntários	Outros custos com pessoal	Total
IGFSS	389,76	36.250,01	293,56	0,86	1.765,94	55,56	0,00	859,03	39.614,71
ISS	3.775,71	297.226,86	3.834,20	4,88	9.265,50	15,88	20,85	9.304,25	323.448,12
IDS	256,39	3.487,95	0,00	0,00	668,76	0,00	0,00	56,58	4.469,69
IIESS	454,41	7.093,93	0,00	0,00	1.353,95	0,00	0,00	397,16	9.299,45
IGFCSS	247,34	788,60	0,00	0,00	164,50	7,58	0,00	60,98	1.269,00
DRISS	116,57	3.024,53	82,31	0,00	0,00	0,00	0,00	92,84	3.316,25
CNPRP	176,54	2.713,69	0,00	0,00	2,09	0,00	0,00	145,52	3.037,85
Bancários	63,26	454,98	0,00	0,00	92,20	0,00	0,00	7,49	617,94
Cimentos	0,00	186,75	0,00	0,00	27,21	0,00	0,00	0,00	213,97
EPAL	44,54	84,60	0,00	0,00	22,81	0,00	0,00	0,00	151,94
Jornalistas	47,98	232,54	0,00	0,00	53,90	0,00	0,00	2,61	337,02
TLP	19,32	643,60	0,00	0,00	115,87	0,00	0,00	1,36	780,14
CRGE	45,55	0,00	0,00	0,00	9,08	0,00	0,00	0,00	54,62
RAA	425,82	10.430,50	89,08	0,00	1.039,92	0,00	0,00	71,85	12.057,17
RAM	197,71	18.403,73	140,97	0,00	1.633,33	2,43	0,00	375,98	20.754,16
TOTAL	6.260,89	381.022,28	4.440,13	5,73	16.215,05	81,45	20,85	11.375,66	419.422,03

Do total de custos com pessoal observa-se que as remunerações do pessoal, atingindo o montante de 381.022,28 milhares de euros, assumem um peso relativo de cerca de 90% em relação ao total destes custos, seguindo-se os outros custos com pessoal, cuja desagregação se apresenta abaixo.

Desagregação de "Outros custos com pessoal" por natureza
Ano 2002

(milhares de euros)

Designação	Montante	Peso relativo
Despesas de saúde	9.269,9	81,5%
Seguros de saúde	72,2	0,6%
Formação profissional - Monitoragem	224,6	2,0%
Compartic. nos encargos de Admin. da ADSE	105,5	0,9%
Acidentes de Serviço e Doenças Profissionais	48,7	0,4%
Outros	1.654,8	14,5%
Total	11.375,7	100,0%

Como pode observar-se no quadro anterior, as “Despesas de saúde”, no montante de 9.269,9 milhares de euros, representam cerca de 81,5% do total de “Outros custos com pessoal” (11.375,7 milhares de euros).

VIII.2.2.3. PROVISÕES DO EXERCÍCIO

No exercício de 2002, foram constituídas/reforçadas provisões no montante de 113.659,7 milhares de euros, sendo que 74.344,3 milhares de euros dizem respeito a provisões para cobrança duvidosa e 39.315,4 milhares de euros respeitam a provisões para riscos e encargos conforme se pode verificar através do seguinte quadro.

Provisões do exercício - desagregação por instituições de segurança social e por subcontas

Ano 2002

(milhares de euros)

Rubricas	IGFSS	ISSS	IGFCSS	Bancários	F.G.S.	TOTAL
Dividas de utentes.	0,00	69,75	0,00	0,00	0,00	69,75
Divida p/ prestação de alimentos devida a menores	185,88	0,00	0,00	0,00	0,00	185,88
Outras	0,00	53.271,76	0,00	79,90	0,00	53.351,66
Dividas por garantia salarial	0,00	0,00	0,00	0,00	10.966,25	10.966,25
Out. dividas de terceiros.	673,38	9.094,48	0,00	2,89	0,00	9.770,75
Total de provisões p/ cobranças duvidosas (1)	859,27	62.435,98	0,00	82,79	10.966,25	74.344,30
Contribuições para a CGA - da entidade empreg.	0,00	37.761,07	0,00	0,00	0,00	37.761,07
Outras	1.400,00	57,25	97,06	0,00	0,00	1.554,31
Total de provisões p/ riscos e encargos (2)	1.400,00	37.818,31	97,06	0,00	0,00	39.315,37
Total de provisões (3)=(1)+(2)	2.259,27	100.254,30	97,06	82,79	10.966,25	113.659,67

Refira-se ainda que a relevação contabilística das provisões se fez debitando a conta 67 – “Provisões do exercício” por contrapartida da conta 29 – “Provisões” com as seguintes excepções no IGFSS:

Reforço de “Provisões – para cobranças duvidosas – dívidas de beneficiários - dívida por prestação de alimentos devida a menores” cuja contrapartida foi a conta de resultados transitados (479,3 milhares de euros).

Reforço de “Provisões – para cobranças duvidosas – dívidas de contribuintes” cuja contrapartida foi a conta de resultados transitados (748.433,6 milhares de euros).

Reforço de “Provisões – para cobranças duvidosas –outras dívidas de terceiros” cuja contrapartida foi a conta de resultados transitados (6.440,1 milhares de euros).

Reforço de “Provisões - para riscos e encargos – outros” cuja contrapartida foi a conta de resultados transitados (117,2 milhares de euros).

VIII.2.2.4. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

As amortizações do exercício de 2002 totalizaram 32.019,7 milhares de euros, cuja desagregação por instituições e por natureza é apresentada no quadro a seguir:

Desagregação das amortizações do exercício por instituições e por natureza
Ano 2002

Rubricas	(milhares de euros)																
	IGFSS	ISSS	Banca dos Casinos	IDS	IES	IGFCSS	DRSS	CNPRP	Bancários	Cimentos	EPAL	Jornalistas	TLP	FSS	RAA	RAM	TOTAL
Imobilizações corpóreas:																	
Edifícios e outras construções	5,5	1.578,5	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	461,9	246,9	2.296,0
Equipamento básico	1.506,1	9.436,1	0,0	281,2	11.924,7	0,0	4,2	7,2	80,9	32,2	4,8	15,6	2,3	10,7	133,1	462,4	23.901,4
Equipamento de transporte	200,6	433,0	0,0	18,7	30,3	23,0	0,0	14,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	57,7	66,1	844,2
Ferramentas e utensílios	0,0	32,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	32,7
Equipamento administrativo	78,8	2.996,8	0,0	0,1	204,6	64,4	142,1	25,5	0,8	0,0	7,7	3,8	1,8	0,1	482,8	158,5	4.167,8
Outras imobilizações corpóreas	136,1	242,1	0,0	11,8	8,7	1,3	0,0	193,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,1	11,5	65,8	1,1	672,5
Total (1)	1.927,1	14.719,0	0,3	311,7	12.168,4	88,7	146,2	240,4	84,3	33,6	12,5	19,5	4,3	22,3	1.201,5	935,0	31.914,6
Imobilizações incorpóreas																	
Despesas de instalação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Proprie. industrial e out. direitos	0,0	14,0	0,0	14,8	59,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	104,6
Total (2)	0,0	14,0	0,0	14,8	59,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	105,1
Total de amortizações (3) = (1) + (2)	1.927,1	14.732,9	0,3	326,5	12.228,0	88,7	146,2	240,4	84,3	33,6	12,5	19,5	4,3	22,3	1.218,2	935,0	32.019,7

Do total das amortizações constituídas/reforçadas no exercício de 2002, cerca de 99,7% referem--se a amortizações do imobilizado corpóreo (31.914,6 milhares de euros).

Das amortizações relativas ao imobilizado corpóreo, as mais significativas, no montante de 23.901,4 milhares de euros, dizem respeito a “Equipamento básico”, representando cerca de 74,6% do valor total das amortizações do exercício.

Por ordem decrescente do seu valor absoluto e relativo seguem-se as amortizações referentes a “Equipamento administrativo” no montante de 4.167,8 milhares de euros (13% do total das amortizações do exercício) e as amortizações de “Edifícios e outras construções” no valor de 2.296 milhares de euros (7,2% do total das amortizações do exercício).

VIII.2.2.5. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica engloba o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, que no exercício em análise totaliza 3.158,3 milhares de euros e outros custos e perdas operacionais com um valor de 9.842,7 milhares de euros, sendo 5.966,4 milhares de euros referentes a impostos e taxas.

VIII.2.2.6. CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Os “Custos e perdas financeiras” atingiram em 2002 o montante de 219.501,5 milhares de euros, sendo que as rubricas que apresentam maior expressão absoluta são os “outros custos e perdas financeiras”, no montante de 147.118,6 milhares de euros, isto é 67% do total de custos e perdas financeiras, e “Juros suportados”, no montante de 51.469,7 milhares de euros, isto é 23,4% do total de custos e perdas financeiras, como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado.

Decomposição dos custos e perdas financeiras por sub-contas

Ano 2002

(milhares de euros)

Designação	Montante	Peso relativo
Juros Suportados	51.469,68	23,4%
Perdas em empresas Filiais e associadas	0,00	0,0%
Amortizações de Investimentos em imóveis	361,27	0,2%
Provisões para aplicações financeiras	4.450,74	2,0%
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,0%
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	16.101,28	7,3%
Outros custos e perdas financeiras	147.118,55	67,0%
Total	219.501,53	100,0%

Da desagregação dos “Juros suportados” pode constatar-se que as sub-contas com maior valor absoluto e relativo são “Outros juros”, no montante de 48.312,8 milhares de euros, isto é 93,9% do total dos juros suportados e “Juros de empréstimos contraídos – dívida não titulada”, no montante de 3.146,7 milhares de euros, isto é 6,1% do total dos juros suportados, conforme se pode verificar através do quadro a seguir apresentado.

Desagregação dos juros suportados por instituições e sub-contas

Ano 2002

(milhares de euros)

Rubricas	IGFSS	ISSS	IGFCSS	Total
Juros de emp. Contraídos - Dívida não titulada	3.146,68	0,00	0,00	3.146,68
Juros de mora e compensatórios	0,01	7,49	2,34	9,85
Juros de acordos	0,00	0,33	0,00	0,33
Outros juros	0,00	4,75	48.308,03	48.312,78
Total de juros suportados	3.146,69	12,57	48.310,38	51.469,64

Através do quadro supra, pode ainda verificar-se que o montante de 3.146,7 milhares de euros relativo a “Juros de empréstimos contraídos – dívida não titulada” diz respeito ao IGFSS e que o montante referente a “Outros juros” foi registado, na quase totalidade pelo IGFCSS.

A desagregação de “Outros custos e perdas financeiras” por instituições e sub-contas traduz-se nos seguintes valores:

Desagregação de outros custos e perdas financeiras por instituição e natureza

Ano 2002

(milhares de euros)

Rubricas	IGFSS	ISSS	Banca dos Casinos	IDS	IIES	IGFCSS	DRISS	CNPRP	EPAL	TLP	Total
Serviços bancários com emp. de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços bancários com partes de capital	2,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,27
Serviços bancários com títulos de Dívida Pública	0,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58
Comissão pela guarda de títulos	3,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	0,00	3,45
Comissão pela devolução de cheques incobráveis	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11
Outros serviços bancários	71,14	120,91	0,04	0,93	5,68	1.254,11	1,42	139,05	4,05	4,52	1.601,85
Outros custos e perdas financ. não especificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.510,30	0,00	0,00	0,00	0,00	145.510,30
Total	77,46	120,91	0,04	0,93	5,68	146.764,41	1,42	139,13	4,05	4,52	147.118,55

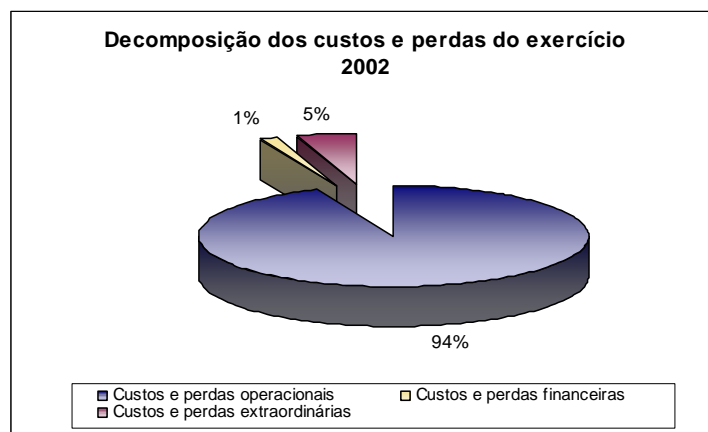
Através deste quadro verifica-se que do total de “Outros custos e perdas financeiras” no valor de 147.118,6 milhares de euros cerca de 98,9% dizem respeito à rubrica “Outros custos e perdas financeiras não especificados” e foram registados pelo IGFCSS.

A rubrica “Outros serviços bancários” no montante de 1.601,9 milhares de euros representa 1,1% do total de “Outros custos e perdas financeiras” e distribui-se pelas diversas instituições, sendo que as que apresentam um valor mais significativo são, por ordem decrescente de grandeza, o IGFCSS (1.254,1 milhares de euros) o ISSS (120,9 milhares de euros) e o IGFSS (71,1 milhares de euros). A verba correspondente ao IGFCSS refere-se a custos com despesas bancárias, nomeadamente com transferências bancárias, comissões de transacção de liquidação e custódia de títulos.

O valor significativo da rubrica “Outros custos e perdas financeiras não especificados” deve-se ao registo de 115.206,6 milhares de euros respeitantes a “valias pendentes de venda”, isto é, valias potenciais geradas pela carteira do FEFSS.

VIII.2.2.7. CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

Em 2002, esta rubrica de “Custos e perdas extraordinárias” regista o montante de 776.274,1 milhares de euros assumindo um peso relativo de 5% do total dos custos e perdas no exercício em análise, conforme gráfico a seguir apresentado.



A desagregação desta rubrica por natureza permite observar que 87,6% dos custos e perdas extraordinários respeitam a “Outros custos e perdas extraordinárias”, conforme quadro a seguir apresentado.

Desagregação dos custos e perdas extraordinárias por sub-contas

Ano 2002

(milhares de euros)

Designação	Montante	Peso relativo
Transferências de capital concedidas	33.908,05	4,4%
Dividas incobráveis	41,26	0,0%
Perdas em existências	109,66	0,0%
Perdas em imobilizações	2.505,65	0,3%
Multas e penalidades	60,06	0,0%
Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,0%
Correcções relativas a exercícios anteriores	59.985,12	7,7%
Outros custos e perdas extraordinários	679.664,30	87,6%
Tota de custos e perdas extraordinárias	776.274,10	100,0%

As correcções relativas a exercícios anteriores, registando 59.985,1 milhares de euros e com um peso relativo de 7,7% do total dos custos e perdas extraordinárias, apresenta a seguinte desagregação:

Desagregação das correcções relativas a exercícios anteriores por instituições e por natureza

Ano 2002

(milhares de euros)

Rubricas	IGFSS	ISSS	IGFCSS	Cimentos	RAA	Total
Restituições de contribuições	9,43	5,20	0,00	0,00	0,00	14,63
Reg. Acções de form. Prof. c/ suporte no FSE	38.597,50	0,00	0,00	0,00	0,00	38.597,50
Reg. Acções de form. Prof. c/ suporte no OSS	4.599,83	0,00	0,00	0,00	0,00	4.599,83
Regularizações de acordos de cooperação	0,00	36,34	0,00	0,00	0,00	36,34
Regularização de outros apoios	2.524,67	0,00	0,00	0,00	0,00	2.524,67
Reg. De prestações sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	2,53	2,53
Outras regularizações	30,63	5.035,74	0,00	0,00	0,00	5.066,37
Anulações de prestações sociais	0,00	1.480,18	0,00	0,00	0,44	1.480,62
Correcções relativas a contribuições	0,00	117,67	0,00	0,00	0,00	117,67
Outras correcções	515,58	381,07	6.648,22	0,11	0,00	7.544,97
Total de correcções relativas a exerc. anteriores	46.277,62	7.056,20	6.648,22	0,11	2,97	59.985,12

As rubricas com correcções relativas a exercícios anteriores mais significativas foram as relacionadas com “Regularizações de acções de formação profissional com suporte no FSE”, que atingiram 38.597,5 milhares de euros e ocorreram no IGFSS, seguindo-se por ordem decrescente de grandeza “Outras correcções” no valor de 7.545,3 milhares de euros, distribuídos pelas diversas instituições indicadas no quadro acima inserido, “Outras regularizações” no montante de 5.066,4 milhares de euros, na quase totalidade registado pelo ISSS e “Regularizações de acções de formação profissional com suporte no OSS” no montante de 4.599,8 milhares de euros registado pelo IGFSS, conforme quadro supra.

A análise em termos de instituição permite concluir que as correcções relativas a exercícios anteriores assumem valores mais significativos no IGFSS, no ISSS e no IGFCSS, com 46.277,6; 7.056,2 e 6.648,2 milhares de euros, respectivamente. As correcções relativas ao IGFSS e ao ISSS repartem-se pelas rubricas e valores parcelares discriminados no quadro anterior e as correcções relativas ao IGFCSS referem-se a impostos não recuperados no âmbito de acordos de dupla tributação.

A rubrica “Outros custos e perdas extraordinárias” regista o montante de 679.664,3 milhares de euros, representando cerca de 87,6% do total dos custos e perdas extraordinários, sendo que para tal concorrem fundamentalmente o IGFCSS registando 677.542,7 milhares de euros em “Outros não especificados”. Este valor foi registado por contrapartida da conta de reservas e respeita à dotação de capital do FEFSS.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, 24 de Fevereiro de 2006

A Directora do Departamento de Orçamento e Conta

(Maria Isabel Duarte Barreiros)

O Conselho Directivo,

(José Augusto Antunes Gaspar)

(Rui Manuel Baptista Fiolhais)

(Joaquina Maria Franco)

(Nelson da Silva Ferreira)